

METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO QUALITATIVA PARTICIPATIVA PARA O PROJETO “VOLUNTÁRIO LEGAL”

Jefferson Bernardes Jamarino de Lima Frattari*
jefferson.frattari@edu.pbh.gov.br
Ediméia Maria Ribeiro de Mello**
profa.edimeiamaria@gmail.com

RESUMO

Esse artigo apresenta uma pesquisa avaliativa do Projeto realizada para o cumprimento de créditos junto ao *Mestrado Profissional em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Local* do Centro Universitário UNA, com a finalidade de fundamentar o produto técnico oferecido. Essa pesquisa avaliativa focou o Projeto “Voluntário Legal” implementado junto ao ensino médio da Escola Estadual Carmélia Gonçalves Loffi, situada no bairro Maria Helena no Município de Ribeirão das Neves, em Minas Gerais, Brasil, com o objetivo de compreender os efeitos do projeto sobre os voluntários, no sentido de tentar transformá-los em atores sociais pró-ativos e em estudantes mais comprometidos com a própria formação. A metodologia adotada para a avaliação foi a abordagem qualitativa por meio da realização de entrevistas semiestruturadas com representantes de participantes do projeto em diversas funções. O artigo traz os resultados da pesquisa segundo os indicadores relevantes, adotados como categorias de análise. Como contribuição científica e tecnológica, a avaliação proporcionou a ampliação do conhecimento sobre a efetividade da mobilização dos alunos do ensino médio em ações de voluntariado, em atividades relacionadas ao cotidiano da escola em que estudam, com vistas em contribuir para aumentar a permanência dos jovens no ensino médio e para melhorar o ambiente escolar, contribuindo ainda, para o desenvolvimento de uma pedagogia de formação educativa, por meio da prática do voluntariado organizada e sistemática. Esses resultados justificam a publicização do projeto e da avaliação realizada.

Palavras-chave: avaliação; indicadores; resultados; voluntariado.

1 INTRODUÇÃO

Esse artigo divulga a avaliação do Projeto “Voluntário Legal” implementado junto ao Ensino Médio (EM) da Escola Estadual Carmélia Gonçalves Loffi, situada no bairro Maria Helena no Município de Ribeirão das Neves, em Minas Gerais. Essa avaliação foi foco da pesquisa realizada pelo primeiro autor para a conclusão de seu curso de mestrado profissional e visou conhecer e avaliar o alcance formativo proporcionado pelo projeto.

Esse Projeto é uma estratégia adotada pela Escola para enfrentar os elevados índices de reprovação e evasão observados junto aos alunos do EM, fato normal, do ponto de vista

* Pedagogo pelo Centro Universitário UNA, especialista em Coordenação Pedagógica pela Universidade Federal de Ouro Preto, mestre em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Local pelo Centro Universitário UNA, Brasil.

** Professora e pesquisadora junto ao Programa de Pós-Graduação em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Local do Centro Universitário UNA, economista pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, mestre em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Federal de Uberlândia e doutora em Geografia/Organização do Espaço pelo Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil.

estatístico, nesse nível de ensino no Brasil (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS, 2012). O projeto e a Escola contemplados como objetos desse estudo de caso, o foram em virtude da participação do primeiro autor em sua implementação, enquanto coordenador pedagógico, e ao fato do projeto ser carente da realização de uma avaliação sistemática para a aferição de resultados.

O objetivo do projeto é trazer alguns alunos do EM para a Escola, no contraturno, para auxiliarem em diversas funções estabelecidas previamente. Acredita-se que as atividades desenvolvidas teriam o potencial de proporcionar aos alunos experiências de trabalho coletivo, reforçando o vínculo com a instituição e resgatando o interesse pelos estudos. Esta modalidade do projeto teve seu início em 2009, em virtude da manifestação de interesse dos alunos em exercitarem uma prática voluntária na Escola, argumentando não terem o que fazer após a aula e se oferecendo para auxiliar no que fosse preciso.

A admissão dos alunos para participarem nas atividades previstas pelo Projeto se dá por meio de processo seletivo, e essas atividades são consideradas como dotadas de caráter pedagógico, ao proporcionar aos alunos praticas colaborativas, em vários setores, quais sejam: atividades lúdicas com as crianças durante o recreio, organização da biblioteca, entrega de materiais de reprodução em sala de aula, entre outras previamente estabelecidas e firmadas, com o conhecimento e autorização dos pais, de acordo com a Lei de nº 9.608, de fevereiro de 1998, que dispõe sobre o serviço voluntariado no Brasil. Após o segundo ano de desenvolvimento do projeto, a direção da Escola estabeleceu uma parceria com o setor privado, quando duas empresas aderiram ao projeto: a primeira, oferecendo qualificação em informática; e, a segunda, uniformes.

Cerca de 100 alunos participaram do Projeto até o início de 2014, no entanto, a direção entendia que o Projeto carecia de ser submetido a uma metodologia de avaliação democrática/participativa, que possibilitasse uma reflexão mais ampla e sistemática de seus resultados e seu aprimoramento, no sentido de refletir questões semelhantes às propostas por Schor e Afonso (2007), quais sejam: as mudanças verificadas resultam do projeto ou de outro fator exógeno? Observa-se algum resultado não planejado? Entre outras tais: existem aprimoramentos necessários que não estão sendo realizados? Os recursos estão sendo utilizados com a maior economicidade possível?

Assim, esse artigo publiciza a avaliação realizada, cujo objeto é o Projeto “Voluntário Legal”, por meio de metodologia de pesquisa qualitativa para conhecer, em profundidade, uma realidade circunscrita a uma Escola. Portanto, a pesquisa não se interessa pela “[...] representatividade numérica do grupo pesquisado, mas [pelo] aprofundamento da

compreensão de um grupo social [e] de uma trajetória [...]" (GOLDENBERG, 2000, p. 14). Nesse caso, os sujeitos da pesquisa constituíram uma amostra aleatória e não probabilística dos alunos e funcionários da Escola, que participaram do projeto, durante o período 2008/2013. Nesse sentido, a pesquisa compõe um estudo de caso, conforme as definições de Yin (2005)¹.

O foco qualitativo da pesquisa buscou a compreensão dos efeitos do projeto sobre os voluntários, interessando-se pelo desencadeamento de um processo social com potencial formativo, pelo desenvolvimento de valores humanos e pelo despertar de atitudes proativas. Procurando, também, conceber o contexto e, se possível, ter uma integração empática com os sujeitos em estudo, implicando em uma melhor compreensão do fenômeno e a geração de aprendizado mútuo. Minayo (2010) explica a historicidade social e os processos evolutivos relativos, que reforçam a importância da abordagem qualitativa, para captar os efeitos dos ciclos experienciais sobre as transformações sociais.

2 APORTES TEÓRICO-METODOLÓGICOS

A Constituição Federal de 1988 modificou a nomenclatura do ensino de 1º e 2º graus, para ensino fundamental (EF) e ensino médio (EM), implementando a gratuidade e a universalização do EM, tal como reza a emenda 14, e sua progressiva obrigatoriedade no âmbito dos Estados. Essa determinação constitucional foi regulamentada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), ao conceder ao EM uma perspectiva mais ampla, sendo reconhecido como tendo dignidade própria (BRASIL, 1996).

Segundo a Síntese de Indicadores Sociais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2011), um em cada dez jovens acaba abandonando a escola no ensino médio. De fato, o EM não tem atraído os adolescentes e a queda no número de matrículas ocorre de forma vertiginosa. A Escola objeto da avaliação realizada não é uma exceção nesse contexto, o Projeto “Voluntário Legal” foi uma estratégia adotada para enfrentar essa realidade e ao mesmo tempo produzir as transformações já comentadas sobre os participantes.

Vilella e Cruz (2004, p. 202) discorreram sobre a mudança ocorrida no exercício do voluntariado, ao longo do tempo, caracterizando o voluntariado atual como uma prática baseada em valores de participação e solidariedade de cada cidadão “preocupado em

¹ Segundo Yin (2005), o caso é tomado como unidade significativa do todo e, por isso, suficiente tanto para fundamentar um julgamento fidedigno, quanto para propor uma intervenção. É considerado, também, marco de referência de complexas condições socioculturais que, tanto retratem uma realidade, quanto revelem a multiplicidade de aspectos globais presentes em uma dada situação.

promover a cidadania, formas de inclusão social e a construção de uma sociedade mais justa, responsável e solidária, visando à transformação da comunidade”. Os problemas sociais são os motivadores da ação voluntária. As pessoas que atuam como voluntárias podem fazê-lo formalmente, em empresas, escolas, entidades, instituições, ou mesmo, informalmente, auxiliando vizinhos, amigos, familiares.

Portanto, o trabalho voluntário pode contribuir para a promoção da ação social, fazendo com que os direitos e a participação social sejam garantidos e, principalmente, exercidos de forma cidadã. Acredita-se que os alunos, que participam de uma proposta pedagógica voltada para a metodologia de projetos de voluntariado educativo, desenvolvem-se de acordo com os “quatro pilares da educação para o século 21” sugeridos por Delors (1999), quais sejam: aprender a ser, aprender a fazer, aprender a relacionar-se e aprender a conhecer. Por esses motivos, a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo defende o voluntariado como desenvolvedor do protagonismo juvenil associado à elevação do jovem a sujeito da confiança da comunidade, pelo fato de ações de voluntariado na escola incentivarem

[...] a autonomia e o crescimento pessoal do adolescente, que se envolve em ações solidárias, aprende a lidar com as diferenças, compromete-se com projetos e objetivos comuns. Ao traçar metas e solucionar problemas, o jovem tem a oportunidade de exercer o Protagonismo Juvenil. A comunidade também se beneficia com o voluntariado jovem, que promove transformações, numa relação de confiança e troca de aprendizagens entre gerações. (SÃO PAULO, 2009, p. 13).

Paulo Freire (1997) demonstra forte preocupação com a contextualização da aprendizagem e valoriza a prática do voluntariado educativo, como uma proposta pedagógica pautada em um conhecimento construído coletivamente, contextualizado, traduzido em participação efetiva na comunidade, transformando-a em um espaço formal de educação para todos os sujeitos. A pedagogia freiriana está a serviço da emancipação social, na medida em que visa formar cidadãos capazes de praticar a solidariedade e contribuir com a formação de uma consciência coletiva mais humana, política e crítica.

A proposta de voluntariado educativo, nos espaços escolares, está de acordo com uma educação escolar não voltada apenas para a transmissão de saberes disciplinares, mas, sim, para a criação e mobilização dos saberes, por meio de estratégias educativas que permitam a articulação entre todos os atores e do fortalecimento da relação escola-comunidade. A atividade de voluntariado é potencializada como estratégia pedagógica, ao maximizar o seu caráter participativo e democrático, em todas as suas fases, quais sejam: planejamento, execução, avaliação, monitoramento e replanejamento, com destaque para a efetivação de um

monitoramento cuja função coordenativa seja também participativa.

A estratégia adotada pelo programa “Voluntário Legal” visou propiciar um espaço institucional de interação entre os jovens matriculados no EM, para recuperar sua iniciativa e autonomia, para a transformação do local onde vivem, tornando-os donos do seu destino.

Quando o jovem incorpora em si a identidade do cidadão voluntário, empenhando-se em trabalhar por uma qualidade de vida melhor tanto para si como para a sociedade e no aprimoramento de um sistema de políticas públicas sociais mais humano e justo, ele passa a entender que ‘a vida não é qualquer coisa, mais uma oportunidade para realizar alguma coisa’; descobre o valor moral de se dedicar ao bem comum e se compromete com a construção da cidadania responsável e da cultura da solidariedade. (SBERGA, 2001, p. 25).

O despertar da proatividade transforma o sujeito em ator do Desenvolvimento Local (DL), por meio da apropriação das potencialidades locais, com vistas à melhoria da qualidade de vida da comunidade, levando em consideração a cultura e as identidades sociais presentes no espaço privilegiado para as experimentações contra hegemônicas (VAINER, 2002). Segundo Sen (2000), em um ambiente onde há potencial de desenvolvimento local, os sujeitos locais são como agentes transformadores, capazes de moldar o seu destino.

Sen (2000) e Dowbor (2007) associam o desenvolvimento local a um processo dinamizador da sociedade para melhorar a qualidade de vida comunitária, contribuindo com a emergência de novas formas de produzir e compartilhar. Para isso, torna-se fundamental o conhecimento prévio da realidade do espaço local, que envolve cultura, identidades sociais, aspectos econômicos dentre outros, para que de forma processual, possam ser estabelecidos caminhos conscientes que promovam o DL, por meio do exercício pleno do “poder local”. Dowbor (2008, p. 4) defende “o poder local [...] no centro do conjunto de transformações que envolvem a descentralização, a desburocratização e a participação”, servindo como importante instrumento de autonomia para a construção de uma sociedade mais justa, onde os interesses coletivos se sobreponham aos interesses econômicos de uma minoria elitista.

Desse processo resulta a autotransformação econômica e social, que implica na capacidade de decisão e articulação de um grupo em determinado espaço, bem como na recuperação do controle do cidadão sobre seu bairro, sua comunidade, sobre as formas do seu desenvolvimento e a criação das coisas concretas que levem a uma melhor qualidade de vida.

3 METODOLOGIA DE PESQUISA, INDICADORES E AVALIAÇÃO

A amostra escolhida foi intencional e não probabilística, em virtude dos objetivos

relacionados ao aprofundamento do conhecimento de mudanças verificadas em pessoas submetidas a uma intervenção diferenciada em um dado ambiente. Para a definição dos sujeitos da pesquisa, adotou-se o mapa de bens públicos de Cabral (2011). Os sujeitos mobilizados pela pesquisa foram: a diretora; a coordenadora pedagógica; 2 docentes do EM; 2 funcionários; 3 ex-alunos e ex-participantes do projeto; 4 alunos do EM, participantes; 1 responsável legal por voluntário passado; 1 por voluntário atual; e 1 parceira externa.

O instrumento de pesquisa foi elaborado de modo a proporcionar indicadores que permitissem conhecer os diversos pontos de vista, com respeito às mudanças geradas pelo projeto nos voluntários que participam, ou participaram, de forma direta em suas ações, bem como os impactos sobre a comunidade. As entrevistas semiestruturadas proporcionavam espaços para a liberdade de opinião. Conforme recomendações de Gil (2010), essas entrevistas aconteceram em contatos pessoais, deixando o entrevistador livre no exercício de sua criatividade em suas respostas, assim como para sugerir outras questões relacionadas com o tema em foco. Embora Armani (2001), citado por Borba et al. (2004), recomendasse a maior concentração em indicadores nos níveis de atividades e resultados e menor no nível de objetivo geral, cuidou-se para destacar os valores concedidos pelos participantes ao projeto com relação às ações pedagógicas por meio do voluntariado (CABRAL, 2011).

Por outro lado, buscou-se otimizar o número de indicadores e privilegiar o processo reflexivo com os atores, destacando a participação do sujeito, bem como o processo de aprendizado e empoderamento de todos os envolvidos. Empoderamento que não pode ser fornecido nem tampouco realizado no lugar dos próprios sujeitos, mas, que se conquista em meio aos processos em que eles se empoderam a si (CABRAL, 2011).

4 ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES E RESULTADOS DA PESQUISA

A análise crítica das informações, fundamentada teoricamente, seguiu as orientações de Bardin (2008), em sua metodologia de análise de conteúdo. Essa análise organiza o teor das mensagens por temas, que possibilitem a extração sistematizada dos conhecimentos transmitidos pelos respondentes. Sua aplicação adequação ao domínio e ao objetivo pretendidos, demandando do analista a sua reinvenção a cada uso específico. No caso mais geral, relativo à decodificação de respostas a perguntas abertas de questionários, o conteúdo pode ser avaliado por categorias e frequência das respostas semelhantes (BARDIN, 2008).

No caso dessa pesquisa avaliativa, os temas constituíram categorias de indicadores (CI) e se estabeleceram os parâmetros de avaliação (Quadro 1). As CI foram construídas com

base nas questões avaliativas de caráter qualitativo que os formuladores e executores do projeto de voluntariado desejavam verificar. Além disso, a leitura criteriosa dos relatos e percepções dos sujeitos sobre o projeto de voluntariado permitiu elencar algumas dimensões do percurso do projeto segundo a visão dos sujeitos. A análise das falas extraiu das narrativas dos sujeitos informações relevantes, com respeito aos elementos que viriam a compor as CI.

A pesquisa documental proporcionou a avaliação dos documentos relativos ao Projeto “Voluntário Legal”, ao Projeto Político Pedagógico e aos rendimentos dos alunos voluntários, contemplando informações complementares às respostas dos entrevistados. A seguir, a análise avaliativa realizada é apresentada por categorias de indicadores, destacadas nos tópicos a seguir. Na apresentação dos resultados da pesquisa não foram identificados os respondentes, em observação aos cuidados éticos preconizados pela Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde (CONEPE), diferenciando-os apenas entre funcionários (F1 a F6), responsáveis legais (R1 e R2), parceiro do projeto (PA) e alunos (A1 a A7).

Quadro 1 – Categorias de indicadores e parâmetros para avaliação

Categorias de indicadores		Parâmetros de avaliação	
CI1	Orientações legais	Proposta metodológica para o ensino médio	Articulação adequada e citação precisa do projeto
		Articulação com o PPP	Articulação adequada e citação precisa
CI2	Práticas do serviço voluntário	Concepção	Clareza, coesão e coerência na orientação
		Comunidade	Grau de participação da comunidade
		Atividades e forma como são realizadas	Eficiência
		Recursos utilizados	Economicidade
		Condições materiais disponibilizadas	Suficiência e otimização
		Parcerias realizadas	Suficiência e otimização
		Periodicidade em que o projeto acontece	Coerência com os momentos específicos da formação geral dos voluntários
CI3	Articulação do projeto com o desenvolvimento local	Redução das taxas de abandono na Escola	Comparação com os índices nacional, estadual e da própria Escola
		Melhoria da qualidade de vida dos alunos e seus familiares	Mudança de comportamento favorável em casa e na vizinhança. Efeitos do exemplo na comunidade, junto aos colegas e às famílias
		Benefícios para as condições de exercício dos docentes na Escola	Melhoria no comportamento e no desempenho dos alunos participantes e efeitos do exemplo nas classes, junto aos professores
		Benefícios para as condições de exercício dos funcionários	Mudança de comportamento, acompanhada de atitudes cooperativas e solidárias e efeitos do exemplo nas áreas comuns da Escola, junto aos funcionários

		Benefícios para a Escola e comunidade	Análise e síntese dos indicadores CI3
--	--	---------------------------------------	---------------------------------------

Fonte: Dados da pesquisa.

4.1 ORIENTAÇÕES LEGAIS DO SERVIÇO VOLUNTÁRIO (CI1)

O projeto implementado prevê a realização de reuniões mensais de avaliação para refletir sua implementação no período, por

[...] uma comissão por turno com pelo menos um membro de cada seguimento escolar, Direção, Coordenação, Professores/Funcionários, Alunos e Comunidade para [levantar] os aspectos que foram positivos e os aspectos que necessitam de ajustes para continuidade do projeto. (ESCOLA ESTADUAL CARMÉLIA GONÇALVES LOFFI, 2013, p. 7).

Essa proposição é bastante ampla para assegurar uma gestão participativa e democrática do projeto, entretanto, essa previsão não se realizou. Por outro lado, na redação do projeto existe uma definição pouco objetiva do objetivo geral e específicos, que prejudica a avaliação.

Objetivo geral [:] Favorecer a mudança no processo de formação social dos jovens de nossa comunidade. [...] Objetivos específicos [:] - Formar lideranças que possam atuar de forma crítica na comunidade em que estão inseridos; - Promover uma mudança comportamental dos jovens no que diz respeito aos relacionamentos interpessoais; - Fortalecer os laços de pertencimento local dos jovens; - Contribuir para melhoria dos resultados escolares dos jovens; - Reduzir a taxa de evasão e repetência no Ensino Médio. (ESCOLA ESTADUAL CARMÉLIA GONÇALVES LOFFI, 2013, p. 5).

Os objetivos específicos não garantem o alcance do objetivo geral e esse apresenta uma amplitude inalcançável. Então o objetivo geral deveria sintetizar os dois últimos específicos e os específicos, promover a realização das atividades necessárias para a concretização da ação voluntária na Escola, no contraturno, por iniciativa dos voluntários selecionados por edital.

O fato dos objetivos não estarem devidamente descritos inviabiliza teoricamente a implantação de uma proposta de avaliação objetiva. Mas como o projeto encontra-se em plena execução, deduz-se que sua implementação decorre de uma adesão improvisada às seguintes atividades voluntárias: “atividades lúdicas com as crianças durante o recreio, organização da biblioteca, entrega de materiais de reprodução em sala de aula, entre outras atividades” (ESCOLA ESTADUAL CARMÉLIA GONÇALVES LOFFI, 2013, p. 6), segundo confirmam as respostas às entrevistas, apresentadas em seguida à análise documental. Por outro lado, encontram-se relacionadas no Projeto outras potencialidades que possibilitam a

sua ampliação, dado que as atividades atuais estão muito restritas, quais sejam:

[...] Leitura [:] - contar histórias como motivação para a leitura durante o recreio; - desenvolver grupos de leitura e manuseio de jornais; - iniciar um círculo de leitura para alunos; - auxiliar na organização de bibliotecas e salas de leitura; - divulgar os livros existentes entre os alunos de modo a despertar a vontade de ler; [...] Reforço escolar [:] - organizar com os alunos um programa de monitoria e acompanhamento escolar, seguindo orientação dos professores e coordenação pedagógica; - promover debates com temas de interesse dos alunos. [...] Promoção da saúde [:] - disseminar informações relacionadas à qualidade de vida; - promover discussões sobre saúde, drogas, DSTs, alimentação, higiene etc.; (ESCOLA ESTADUAL CARMÉLIA GONÇALVES LOFFI, 2013, p. 9).

Será que existe alguma inconsistência entre o projeto e as ações? De fato parece ter havido um processo informal prévio à elaboração do projeto que se apropriou de práticas existentes e bem assimiladas para que suas realizações correspondessem aos propósitos minimamente delineados. Mas, pode-se dizer que existe um elevado grau de improvisação na realização do projeto, dado que seus executores não o conhecem, conforme relatos registrados.

As entrevistas realizadas com os executores informaram sobre o conhecimento dos aspectos legais que orientam a prática do serviço voluntariado na Escola. Sobre a proposta metodológica do projeto para o EM e sua articulação com Projeto Político Pedagógico (PPP), percebeu-se que a maioria dos pesquisados desconheciam as orientações legais do serviço voluntário, articulação adequada e citação precisa em relação à metodologia do EM e ao PPP.

- F1** – Olha, tá sendo feito, montado o projeto [...] da Escola, pra poder legalizar né, tornar, [...] Tornar concreto o projeto que [...] tem que ser feito mesmo.
- F2** – Este documento tem que, ele tem que ser mais abrangente, ele tem que abranger os outros funcionários também, para eles conhecerem. Acho que não somente nós, que estamos aqui trabalhando em cima deste projeto que é o ‘Voluntário Legal’.
- F3** – Alguns documentos sim, outros não. O que poderia melhorar aí nesse sentido, é que esses documentos poderiam ser resumidos de uma forma de apresentação e serem mais apresentados para todo o corpo docente, todo o pessoal da Escola.

Portanto, com relação à proposta metodológica para o EM e a articulação do projeto ao PPP da Escola, ficou claro que essa não existe, demonstrando a necessidade de realização de uma introdução do projeto antes da implementação das atividades e da troca de ideias entre todos os participantes durante todas as suas fases. Então, além de produzir uma intervenção antidemocrática, observou-se uma condução improvisada das ações e carente de sistematização. Assim, o projeto fica refém daqueles que fazem acontecer as atividades, inviabilizando a sua replicação.

4.2 PRÁTICAS DO SERVIÇO VOLUNTÁRIO (CI2)

Para avaliar as práticas do serviço voluntário na Escola, abordaram-se aspectos ligados à concepção do projeto de voluntariado, ao envolvimento da comunidade, às atividades desenvolvidas e à forma como são realizadas, os recursos utilizados, as condições materiais disponibilizadas, as parcerias realizadas e a periodicidade. A concepção do projeto foi centralizada em quatro pessoas, de modo não participativo, e não apresentado. Mesmo assim, suas ações foram avaliadas positivamente e reconhecidas como importantes para a instituição.

F1 – A participação da construção deste projeto não tá sendo fácil porque tá sendo construído passo a passo, a cada ano que passa aí tem melhorado cada vez mais, eu acho que ele foi fundamental no desenvolvimento da nossa Escola.

F2 – Bom! A minha visão, primeiramente, foi assim, uma conquista que a Escola teve com a entrada desses alunos do EM né, para nos ajudar aqui com as crianças, com o desenvolvimento de atividades, que nos proporcionou várias formas de diferenciar o recreio né, tá nos ajudando também na disciplina dos alunos [...]. É, trouxe melhorias para os nossos alunos do EM, porque conseguimos tirá-los da rua, dessa forma, que eles proporcionam através do ajudar deles aqui dentro da Escola.

F3 – Bom! Eu vejo o projeto de voluntariado que foi desenvolvido aqui na Escola como mais um norteador, é, do relacionamento dos alunos com a Escola, com os professores e também com os próprios alunos, porque o aluno quando ele é voluntariado ele consegue perceber o outro lado da Escola.

Com relação ao envolvimento da comunidade, os dados foram extraídos das visões da gestora (G) e da coordenadora (C), que revelaram:

G – Há, sim! Isso aí a gente já percebeu, isso aí é visível, porque nenhum aluno que entra para ser voluntário, ele tem que ter primeira coisa, é o consentimento dos pais, e os pais sabem onde eles estão. Muitas vezes telefonam, perguntando se eles estão aqui e sabem que eles estão aqui dentro do período estabelecido.

C – De certa forma, eu vejo o envolvimento dos pais, quando eles autorizam o filho a participar do ‘Projeto Voluntário Legal’, é, porque há uma documentação toda há ser feita, é, os pais têm que assinar e entregar para gente. Dessa forma que eu vejo a participação dos pais, mas não conheço os pais assim pessoalmente.

Sendo assim, as duas respondentes atestaram o envolvimento da comunidade, mas, deixaram clara a necessidade de ampliação dessa participação, para além de autorizar os filhos a participarem das ações do projeto. Deveriam contribuir com o planejamento, execução e avaliação das ações, de acordo com os requisitos de uma metodologia de intervenção social participativa. Segundo Ullrich e Krappitz (1988), o enfoque participativo pode ser entendido como uma aproximação sistemática a processos de grupos, buscando mobilizar seus potenciais, experiências e conhecimentos e fornecendo instrumentos para melhorar as ações.

4.3 ARTICULAÇÃO DO PROJETO COM O DESENVOLVIMENTO LOCAL (CI3)

Essa categoria confirmou a convergência de opiniões em relação à importância do projeto de voluntariado. Segundo os entrevistados, o projeto promove mudanças significativas na vida dos sujeitos que participam de suas ações, dentro e fora do espaço escolar, promovendo o DL. Possibilitou ainda uma melhor compreensão do projeto através de uma análise das entrevistas sobre a redução das taxas de abandono na Escola, a melhoria da qualidade de vida dos alunos e seus familiares, os benefícios para as condições de exercício dos docentes e dos funcionários, verificado no testemunho de efeitos do exemplo dentro e fora de sala de aula.

Os responsáveis legais dos alunos (R1 e R2) revelaram uma informação importante em relação à taxa de abandono e repetência sobre os filhos, durante o período em que participaram ou participam do projeto, em resposta à pergunta sobre a retenção em alguma série?

R1 – Não! Com certeza não!

R2 – Não, [...], ficou de recuperação, mas, passou, retido ele não ficou não!

A apuração de resultados nos históricos escolares dos alunos, como parte da pesquisa documental, contemplou o levantamento dos dados de três alunos egressos do Ensino Médio que participaram do projeto e de três alunos voluntários atuais. Os egressos entraram no projeto no 1º ano do EM e melhoraram resultados, em comparação com o último ano do Ensino Fundamental. Ao longo do Ensino Médio, todos os três alunos obtiveram médias superiores a 60%, em todas as disciplinas, sendo aprovados sem recuperação ou retenção.

Os voluntários atuais foram todos aprovados para o 2º ano. Um sem perda de média e recuperação. Outro iniciou o semestre com perda de média em matemática, recuperou-se, no 3º bimestre, e aprovou, com recuperação em filosofia. O terceiro perdeu médias, nos primeiros bimestres, mas, passou após recuperação, sem pendência. Enfim, apenas um dos seis alunos teve dificuldade em superar o 1º ano do EM. Pode-se atribuir esse resultado à participação no projeto de voluntariado, pois os relatos sugerem que o projeto tem sido positivo em relação às melhorias dos resultados escolares dos voluntários.

A1 – Os resultados melhoraram bastante! Aumentou meu desenvolvimento bem, porque antigamente eu não queria estudar muito. Depois o projeto me incentivou

estudar também, se você não tivesse nota lá, você não podia ficar dentro do projeto.

A2 – Melhoraram bastante! É, em algumas matérias, principalmente em português, matemática, história e geografia, dentre outras, não, porque as outras não envolviam o amigo da Escola com essas matérias, mas, muitas envolviam sim.

A3 – Melhoraram. Porque, a gente, nesse tempo que convive, ajudando o próximo, a gente se sente na obrigação de dar o exemplo pra eles, a gente se sente com mais vontade de estudar, de ter uma liberdade melhor com os professores e tanto de aprender, como de se informar de coisas melhor e tirar dúvidas, isso foi bastante importante para mim, nas minhas notas!

A4 – Sim! É. Um vermelho só em filosofia e o resto melhorou, principalmente português e matemática, porque antigamente eu ficava em recuperação em matemática e esse ano eu passei no terceiro bimestre. Eu passei em matemática!

A5 – Muito! Porque antes né, eu tava horrível em sala de aula, depois que eu comecei a fazer o projeto eu melhorei muito!

Houve o reconhecimento da utilidade do projeto na instituição e sua capacidade de promover DL, por meio de melhoria para a qualidade de vida dos alunos e familiares, de benefícios para as condições de exercício dos docentes e dos funcionários na escola, todos medidos por meio da verificação dos comportamentos junto aos alunos e à família, à gestora, à coordenadora, aos docentes e aos funcionários, que revelaram:

F1– Hoje eles já têm uma mudança de opinião [e] de atitude muito grande [...]

F2 – Eu vi uma melhora no aluno, ele vinha, olha hoje eu vim querendo mais, e a preocupação dele em fazer o melhor e tá ali e fazer o melhor dele, e buscando querer, isto que é o mais legal, é eles quererem.

F3 – Bom! O que eu consigo perceber e até já comentei também, que os alunos eles rendem mais né, porque a atividade de voluntariado dá a ele uma responsabilidade, então ele se vê como um exemplo e quando ele se vê como um exemplo, ele quer trazer isso pro seu dia-a-dia e conseqüentemente aumenta sua aprendizagem, melhora o relacionamento dele com os próprios alunos e com os professores.

F6 – Olha, os resultados a gente vê claramente né, os alunos que participam e que já participaram e não estão mais na Escola, você vê que são alunos mais autônomos, mais críticos, são alunos mais maduros né, aquela imaturidade que eles tinham passou, eles conseguem resolver as coisas com mais clareza.

A avaliação do projeto pelos entrevistados justifica sua manutenção e aprimoramento.

F1 – Muito positiva! Eu acho que, a princípio, hoje eu até me surpreendo em falar isso, porque no princípio eu achei que não ia dar certo e hoje como Vice-Diretora eu te falo, foi o melhor que aconteceu na Escola e agora é a gente buscar parcerias com outros professores, montar uma comissão para que isso não morra.

F3 – A minha avaliação deste projeto é que, ele é muito bom e importante para Escola, é importante para os alunos, uma vez que, ele agrega o valor, valor social, valor educativo, [...] pra Escola e agrega também para os alunos.

A1 – O projeto pra mim e pra várias pessoas foi bastante positivo porque além de incentivar a gente a estudar, incentivou a gente a trabalhar, buscar, correr atrás dos sonhos e ajudou também muitos alunos que não queriam estudar.

R2 – Igual eu falei, eu acho que esse projeto é muito bom! [...] Ensina o aluno a requerer responsabilidade, se todas as escolas pensassem nisso aí seria muito bom.

PA – Nossa! Ela tem várias ramificações, mas, a principal que eu acho que tem, e que tá tentando resgatar a comunidade daquele local, pra ela no futuro ou mesmo nos dias de hoje também retribuir um pouco disso aí e fazer com que eles participem desse projeto lá. Todo mundo que tá ali sai ganhando, a Escola, os professores, porque indiretamente os alunos que estão envolvidos ali, eles criam um espírito de querer respeitar as pessoas, de trabalhar, de fazer alguma coisa e de se inspirar em

algum exemplo né, porque exemplo é o que a gente tá mais precisando!

No entanto, existem demandas por ajustes e melhorias necessárias para sua continuidade e aprimoramento, com maior envolvimento da comunidade escolar e novas parcerias.

F1 – Primeiramente, a gente ter um projeto escrito, regulamentado, mostrar para todos os funcionários, mostrar a toda comunidade da importância que ele tem que deve ser dado a ele, e aí com isso fazer com que todos mostrem né, que todos possam participar com vontade, com querer mesmo e que com isso nós só temos a ganhar.

A1 – A avaliação dos alunos, não pegar somente alunos que acha que tem interesse, porque tem alunos que entram no projeto até mesmo por outros fins, mas, eu acho que o projeto até hoje pelo o que eu vejo de alguns alunos, o projeto tá bom, o critério é ótimo e ele incentiva o aluno a estudar.

R2 – A única coisa que pode ser feito, é que, dentro desse projeto de voluntariado aí, ter uma forma de dentro desse projeto, tentar capacitar os jovens.

PA – Então, dentro do que tá sendo trabalhado, a sugestão, nem tem muita não, sugestão que teria que vir depois, dependeria de mais verba. [...] Contudo, sugiro o máximo de pessoas envolvidas da comunidade que puder abranger, quanto mais gente puder melhor, porque vai tá atingindo um número de pessoas maior, buscando assim mais parcerias pra tá trabalhando com os alunos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a análise das três categorias de indicadores, percebeu-se a necessidade de sua reformulação, com respeito às orientações legais, com ampliação da participação da comunidade escolar em suas ações, teóricas e práticas voltadas para o DL. Para a Escola e a comunidade, o projeto apresentou-se como instrumento de ligação entre a comunidade e a instituição de ensino, possuindo um caráter formativo dos sujeitos envolvidos, por meio de atividades e práticas cooperativas e solidárias que melhoraram o seu relacionamento dentro e fora do espaço escolar. Como instrumento pedagógico no combate à evasão e repetência no EM, observou-se a melhoria dos resultados dos participantes observados pela pesquisa.

A aspiração de pesquisar o projeto de voluntariado, com o objetivo de avaliar o alcance formativo em habilidades, competências e valores que contribuam para uma postura cidadã dos alunos, gerou essa pesquisa. No âmbito das atribuições do Projeto, a percepção de sua relevância como estratégia pedagógica, proporcionaram um imenso ganho de satisfação.

Quanto aos resultados, foi possível compreender através das entrevistas, que há uma avaliação positiva do projeto, como importante instrumento de melhoria dos rendimentos escolares dos voluntários envolvidos e do relacionamento entre aluno e Escola, de fortalecimento da participação dos pais e de toda a comunidade escolar no cotidiano da Escola. Mas, para confirmar um efeito amplo do projeto sobre a melhoria dos resultados escolares dos

participantes é preciso à realização de uma avaliação que alcance a todos os participantes.

Porém, a pesquisa indicou, no cotidiano do projeto de voluntariado, lacunas entre a teoria e a prática, demonstradas pela falta de conhecimento do projeto pelos sujeitos que organizam as ações voluntárias (direção e coordenação), e dos que organizam e acompanham e desenvolvem de forma direta ações voluntárias com os voluntários (professores e funcionários da instituição). A falta de divulgação e esclarecimento do projeto, bem como de uma avaliação sistemática demonstrou-se como um ponto de vulnerabilidade.

Esses aspectos indicam a necessidade de uma reformulação do projeto e do planejamento de sua implantação, que integrem toda comunidade escolar, que busquem mais do que simplesmente divulgar as diretrizes que norteiam as ações voluntárias dentro da instituição, que possibilitem momentos de planejamento, execução, monitoramento e avaliação das ações, com a participação da comunidade, em prol da formação de protagonistas do DL. Os relatos apresentados em relação à construção da proposta pedagógica apontam para a necessidade da inserção do projeto de voluntariado dentro do Projeto Político Pedagógico da Escola, ampliando o grau de participação e responsabilidade dos demais profissionais e membros da comunidade escolar em suas ações.

Esse exercício de avaliação, com a participação de várias categorias de participantes, despertou nos voluntários a necessidade de implantação de um canal de comunicação permanente com os organizadores para debater as nuances do projeto e as alterações necessárias, e reforçar os modos de execução aprovados.

QUALITATIVE PARTICIPATORY EVALUATION METHODOLOGY FOR THE PROJECT “VOLUNTEER”

ABSTRACT

This article presents a research project conducted evaluative compliance credits by the master in Social management, education and Local development of a University Center, in order to substantiate the technical product offered. This evaluative research focused on the project “Volunteer” implemented by the high school State school Carmelia Gonçalves in Loffi Maria Helena neighborhood in the city of Ribeirão das Neves, Minas Gerais, Brazil, in order to understand the effects of the project on volunteers, to try to turn them into social actors in more proactive and students committed to training itself. The methodology adopted for the evaluation was the qualitative approach by means of semi-structured interviews with representatives of participants in various functions. The article brings up the search results according to the relevant indicators, adopted as categories of analysis. As scientific and technological contribution, assessment provided the expansion of knowledge about the effectiveness of the mobilization of middle school students in voluntary actions, in activities related to the daily life of the school in which they study, aiming to contribute to increase the permanence of the young people in high school and to improve the school environment, contributing to the development of a pedagogy of

educational training through the practice of voluntary service organized and systematic. These results justify the publication of design and evaluation.

Keywords: evaluation; indicators; results; volunteering.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurend. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2008.

BORBA, Paulo et al. Monitoramento e avaliação de programas e projetos sociais: desenvolvimento de um plano de avaliação. In: SEMEAD, VII, São Paulo. **Anais ...** São Paulo: FEA/USP, 2004.

BRASIL. **Constituição 1988**. Constituição da República Federativa do Brasil. Diário Oficial da União, Brasília, 05 out. 1998. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 15 jan. 2013.

_____. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 23 dez. 1996. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf>>. Acesso em: 27 abr. 2012.

_____. **Lei nº 9.608, de 18 de fevereiro de 1998**. Dispõe sobre o serviço voluntário e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 19 fev. 1998. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9608.htm>. Acesso em: 20 jan. 2013.

BUVINICH, Manuel Rojas. Ferramentas para o monitoramento e avaliação de projetos. **Cadernos de Políticas Sociais**, Brasília, n. 10, 1999.

CABRAL, Eloisa Helena de Souza. Valores e espaço público: referenciais e instrumentos para a avaliação de projetos sociais. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 45, n. 6, p. 1915-1941, nov./dez. 2011.

COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE. Division de Desarrollo Social. **Manual de formulação e avaliação de projetos sociais**. Santiago de Chile: CEPAL, 1995.

DELORS, Jacques. **Educação: um tesouro a descobrir**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

DOWBOR, Ladislau. Educação e apropriação da realidade local. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 21, n. 60, p. 71-92, 2007.

_____. **O que é poder local?** 2008. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/56616724/O-que-e-Poder-Local-Ladislau-Dowbor>>. Acesso em: 20 jan. 2013.

ESCOLA ESTADUAL CARMÉLIA GONÇALVES LOFFI. **Projeto “Voluntário Legal”**: “transformando valores em atitudes através do serviço voluntariado”. Ribeirão das Neves: EECGL, 2013.

FRANÇA FILHO; Genauto Carvalho de. Definindo gestão social. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM GESTÃO SOCIAL, I, 2007, Juazeiro do Norte-CE.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1997.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GOLDENBERG, Miriam. *A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais.* 4. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo 2010.** Rio de Janeiro: IBGE, 2011. Disponível: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br>>. Acesso em: 01 maio 2012.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS. **Censo escolar da educação básica: resumo técnico 2011.** Brasília: INEP, 2012.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação. **Proeb: 2011.** Belo Horizonte: SEE, 2012. Disponível em: <<https://www.educacao.mg.gov.br>>. Acesso em: 25 abr. 2012.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** 29. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

SÃO PAULO. (Estado). Fundação para o Desenvolvimento da Educação. **Voluntariado.** São Paulo, 2009. Disponível em: <<http://escoladafamilia.fde.sp.gov.br/v2/subpages/voluntariados.html>>. Acesso em: 19 maio 2013.

SBERGA, Adair Aparecida. **Voluntariado jovem: construção da identidade e educação sociopolítica.** São Paulo: Salesiana, 2001.

SCHOR, Adriana; AFONSO, Luís Eduardo. **Avaliação econômica de projetos sociais.** 2. ed. rev. e atual. por Elaine Toldo Pazello. São Paulo: Fundação Itaú Social, 2007.

SEN, Amartya Kuma. **Desenvolvimento como liberdade.** São Paulo: Cia das Letras, 2000.

SILVA JÚNIOR, Jeová Torres. **Gestão social: práticas em debate, teorias em construção.** Juazeiro do Norte: UFC, 2008. p. 27-37. Disponível em: <http://gestaosocial.paginas.ufsc.br/files/2011/07/Livro-1-ColeçãoEnapegsV1_GestãoSocialPraticasDebatesTeoriasConstrução.pdf>. Acesso em: 29 abr. 2017.

ULLRICH, Gabriele J.; KRAPPITZ, Uwe. **Enfoque participativo para trabalhos em grupos.** Recife: Assocene, 1988.

VAINER, Carlos Bernardo. As escalas do poder e poder das escalas: o que pode o poder Local? **Cadernos IPPUR**, Rio de Janeiro, p. 13-32, 2002.

VILELLA, Milu; CRUZ, Neide. Voluntariado educativo: primeiros passos para a cidadania. In: PINSKY, Jaime (Org.). **Práticas de cidadania.** São Paulo: Contexto, 2004. p. 201-210.

YIN, Robert K. (Ed.). **Introducing the world of education.** A case study reader. Thousand Oaks: Sage Publications, 2005.



Recebido em 15 de novembro de 2016. Aprovado em 25 de março de 2017.